

A ATUAÇÃO PEDAGÓGICA INCLUSIVA DO PROFESSOR NA EDUCAÇÃO BÁSICA

FERNANDES, Tânia¹
GONÇALVES, Valdirene Polassi²
MOURA, Maria Aparecida da Silva³
OLIVEIRA, Angélica Florentino de⁴
SILVA, Elaine Alves da⁵
SILVA, Vanilda Aparecida da⁶

RESUMO: O acesso à educação é direito de toda criança, adolescente ou adulto, independente de suas capacidades cognitivas. A Constituição do Brasil afirma que todos somos iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. Desse modo, a educação inclusiva parte dessa premissa, buscando garantir que cada um possa alcançar a plenitude de seu existir e assim participar ativamente na construção de sua vida pessoal, tendo uma existência feliz e de qualidade. Primeiramente a escola deve estar adequada à criança, jovem ou adulto, conforme relatado na experiência descrita anteriormente. É necessário dispor de profissionais capacitados, em quantidade adequada à demanda, e espaços específicos a determinadas necessidades. A escola deve também respeitar os limites do educando e desenvolver uma real integração social na comunidade em que vivem. É necessário dar boas-vindas a esse aluno, sem questionar suas possibilidades ou dificuldades. De todo modo, ainda existe resistência por parte das escolas em adotar políticas de inclusão.

Palavras- Chave: Práticas Pedagógicas. Ensino. Formação de Professores.

1- INTRODUÇÃO

¹ Professora na Creche Municipal Thayná Gabrielle Oliveira de Moraes. Email: thania_fernandes@hotmail.com

² Técnica de desenvolvimento infantil na Creche Municipal Thayná Gabrielle Oliveira de Moraes. Email: valdirene155@hotmail.com

³ Técnica de desenvolvimento infantil na Creche Municipal Thayná Gabrielle Oliveira de Moraes. Email: mouramaria07@gmail.com

⁴ Técnica de desenvolvimento infantil na Creche Municipal Thayná Gabrielle Oliveira de Moraes. E-mail: angellykadeoliveira@hotmail.com

⁵ Professora na Creche Municipal Thayná Gabrielle Oliveira de Moraes. Email: elhanya@hotmail.com

⁶ Técnica de desenvolvimento infantil na Creche Municipal Thayná Gabrielle Oliveira de Moraes. Email: vanildaapsilva@hotmail.com

As justificativas incluem a falta de profissionais especializados, salas inadequadas ou falta de acessos dentro das escolas para cadeirantes, entre outras. Felizmente, a tendência é de mudança, embora ainda lenta e desigual. Há registros de que e em muitos lugares a inclusão já é um trabalho de equipe e isto faz toda a diferença. O momento atual requer ajustes nas necessidades dos profissionais da educação às necessidades dos alunos. Para isso, é necessário dirigir esforços na atuação dos gestores, no aproveitamento dos recursos, na reorganização dos sistemas de ensino para que seja possível guiar o professor como propulsor que é para a consolidação da educação inclusiva. É necessário apoiá-lo a evitar esquemas pré-definidos, oferecendo acompanhamento constante na construção dos saberes para que possa, com autonomia, efetivar a sala de aula inclusiva e tornar-se sujeito da aprendizagem e da atuação profissional. A educação inclusiva é um processo em que se amplia a participação de todos os estudantes nos estabelecimentos de ensino regular. Trata-se de uma reestruturação da cultura, da prática e das políticas vivenciadas nas escolas de modo que estas possam responder à diversidade de alunos.

O professor autoritário, o professor licencioso, o professor competente, sério, o professor incompetente, irresponsável, o professor amoroso da vida e das gentes, o professor mal-amado, sempre com raiva do mundo e das pessoas, frio, burocrático, racionalista, nenhum deles passa pelos alunos sem deixar sua marca (FREIRE, 1996, p.66).

Também deve ser lembrado que, quando o aluno se dispunha a permanecer na escola, ele está abdicando do seu seio materno e enfrentando um mundo diferente, e o que ele espera é que seja tratado com respeito. Por isto entendemos que as marcas ficam sendo elas boas ou ruins então vale apenas deixar as melhores possíveis.

Segundo Ferreira (1977 p.262), incluir tem o significado de “compreender, abranger, fazer parte, introduzir”. Pensando assim, se incluir tem todos estes significados, então vale pensarmos que incluir não é só colocar juntos, mas, dar oportunidade para que os sintam-se acolhidos e valorizados, isto pensando de uma forma macro, principalmente se os sujeitos do qual estamos tratando for idoso, gordo, homossexual, pobre, mulher, índio, negro, albino, Down, o que necessita de cadeira de roda, ou seja, todos aqueles que não encaixam no discurso de perfeito, do bonito dentre outros atributos físicos. Conforme posicionamento de França (2009,

p. 7) “Não há como promover um processo educacional se qualquer um dos sujeitos for menos valorado que o outro”. Com esta síntese obtivemos a oportunidade de condensarmos e compreendemos o que é realmente a tão debatida inclusão social. Segundo Frias (s/d), incluir pessoas com necessidades especiais na escola pressupõe uma ampla reforma no aparelho educacional. Isto insinua uma flexibilização ou adequação do currículo, e não uma adaptação do aluno a escola com modificação nas formas de ensino, metodologias e avaliação; implica também no desenvolvimento de trabalhos em grupos na sala de aula e na criação e adaptação das estruturas físicas para que facilitem a entrada e a movimentação de todas as pessoas. É um desafio, fazer com que a Inclusão aconteça, sem perdermos de vista que além das oportunidades, devemos garantir não só o desenvolvimento da aprendizagem, bem como, o desenvolvimento integral do sujeito

Como não podia ser diferente, no Brasil existem milhares de portadores de necessidades especiais, e diante dessa demanda existem propostas e práticas educacionais no sentido de administrar essa exclusão desse público visando recebê-los nos diversos segmentos da sociedade, uma vez que desde os primórdios, essas pessoas sempre foram privadas de seus direitos, tendo a sua liberdade tolhida com atitudes preconceituosas sendo rotulados como inabilitados.

Vejamos uma experiência do Centro de Educação de jovens e Adultos CEJA Antonio Casagrande do Município de Tangará da Serra – MT: *Diante do exposto o presente artigo visa analisar, utilizando-se do método de observação, através das aulas aplicadas em sala de aulas, no Centro de Educação de Jovens e Adultos CEJA Antonio Casagrande, os alunos com necessidades especiais que estão inseridos no ensino aprendizagem fundamental e médio da escola. Esses alunos necessitam de apoio para ler, escrever, se locomover e interagir com o conteúdo proposto [...] Essa experiência de relação levou-os a obter maior segurança em arriscar opiniões, colocar seus pontos de vista nos assuntos relativos a matéria aplicada e as discussões em sala de aula. O professor como mediador busca apresentar práticas de modo a responder a diversidade do educando com necessidades especiais, utilizando materiais curriculares que contemplam os diferentes contextos e culturas, usa-se uma linguagem acessível a todos e aulas que contribuam para maior compreensão das diferenças [...] Pode-se observar que os alunos portadores de necessidades especiais interagem bem com os seus colegas de sala de aula, procuram participar das atividades aplicadas, se propõem, às vezes,*

a demonstrarem suas opiniões, e estão inseridos e incluídos no ambiente escolar. Cabe a todos os integrantes, não só no ambiente escolar, mas na sociedade como um todo, lutar para que a inclusão dessas pessoas seja uma realidade e não apenas uma teoria [...] Considera-se assim que mudanças na educação, no sentido de buscar a inclusão desses alunos no ambiente de ensino regular, podem contribuir para o amadurecimento e desenvolvimento não só desses alunos, mas também dos que não possuem necessidades especiais, porém, não é apenas incluir, mas de que maneira incluir. Por isso, é necessária a adoção de uma política educacional que promova mudanças, fazendo com que os pais também participem desse processo de inclusão, instrumentalizando as escolas, capacitando e apoiando os profissionais que trabalham com esses educandos (CEJA, 2013, pp. 28, 29 e 30).

A seguir, com base em leituras sobre o tema proposto, buscaremos de maneira sintetizada, promover a compreensão sobre o assunto através da leitura de textos pertinentes relacionados diretamente ao assunto. A formação de educadores para o atendimento educacional especializado e para o apoio e suporte ao professor do ensino regular não pode se distanciar do que propõem os teóricos da formação geral de professores. Enfatizam uma formação envolvendo múltiplos saberes: formação pessoal e profissional produzido pelas ciências humanas da educação; saberes disciplinares e formação inicial e continuada nas diferentes áreas do conhecimento; saberes curriculares relacionados ao projeto de ensino, aos conteúdos, métodos, técnicas de ensino para a formação dos alunos; a proposta no âmbito da escola, os saberes da experiência, da prática cotidiana que provém da cultura (SHON e NÓVOA, 1995, FREIRE, 1998).

Esses aspectos são essenciais na formação de professores para o ensino regular e especial. Este último, além das questões apontadas, deve: aprofundar o conhecimento relativo às pessoas com deficiência, suas necessidades, a formação da identidade, o desenvolvimento da autonomia pessoal, social e intelectual; avaliar as necessidades específicas e educacionais especiais; dominar as metodologias específicas e as estratégias didático-metodológicas de acesso ao conhecimento, às artes e à cultura.

2- O PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO TEM PARTICIPAÇÃO FUNDAMENTAL NO DESENVOLVIMENTO DOS SERES HUMANOS

É preciso, antes de tudo, entender desde a concepção da palavra, o significado das palavras preconceito e discriminação, a seguir faz-se necessário saber o posicionamento do Poder Público e que tipo de atenção dispensa aos *portadores* de necessidades especiais, o que de fato tem feito em relação à inclusão desse público a fim de amenizar as diferenças entre os seres humanos propiciando condições adequadas a sua capacitação e desenvolvimento de suas habilidades; o profissional da educação tem participação fundamental no desenvolvimento dos seres humanos, sua atuação é primordial não só no entendimento, mas também na intervenção a fim de criar e adequar o ambiente propício para que essas pessoas sejam incluídas e assistidas pelo Estado e consigam desenvolver-se para assumir o seu lugar como ser humano.

Aurélio (1993) fala que incluir (inclusão) é o mesmo que compreender, que por sua vez quer dizer entender, alcançar com inteligência. Talvez os que escamoteiam o direito de inclusão/compreensão aos deficientes não estejam “alcançando com inteligência” a importância desta inclusão, não só para os deficientes, mas também para os ditos “normais”.

Ao passo que existe uma gama de deficiências, faz-se necessário um recorte com o intuito de exemplificar através de uma experiência vivenciada na atuação prática de um profissional. De acordo com a proposta, não cabe aqui buscar, apontar e/ou responsabilizar a quem quer que seja, na tentativa de justificar essa triste realidade, entretanto, deve-se agir para construir a diferença para os *diferentes*, concebendo o simples entendimento que todos somos assim: diferentes.

Considerando que inclusão está, necessariamente, articulada à exclusão Castel (2000) e Correia (2004) advertem que esta última vem sendo utilizada para definir todas as mazelas do mundo. Para Correia (2004, p. 1).

[...] a noção de exclusão social tornou-se numa espécie de 'lugar comum' que designa um conjunto heterogêneo de fenômenos sem os discriminar numa lógica em que a simples designação do fenômeno parece fazer a economia da sua explicação e da justificação das modalidades de intervenção social desenvolvidas.

Quando pensa educação inclusiva depara-se com infinitas possibilidades acompanhadas de perto por inúmeros desafios, desafios estes que são inerentes à

educação *regular*, ao se tratar do trabalho com educandos portadores de necessidades especiais ampliam-se as possibilidades e os desafios, logo, tal atividade requer um tratamento diferenciado quer seja por parte do profissional da educação, como também da parte financiadora, o Estado. Conforme previsto na Constituição Federal (1988) onde assegura o direito a educação a todos os cidadãos, como também previsto na *Lei de Diretrizes e Base da Educação nº 9394/96, art. 3º, cap. V – entende por educação especial, para os efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais (CEJA, 2013, pp. 97 e 98).*

Em sua prática pedagógica, o professor tem como características básicas e organizativas do seu trabalho identificar-se como docente representativo de um contexto coletivo, e percebe-se como sujeito importante nesse processo, considerando relevante e necessária a formação inicial e continuada, compreendendo que está inserido no paradigma da diversidade, sendo exigindo na sua atuação, atitudes e competências profissionais que venham atender as expectativas sociais e educacionais. Segundo aponta Veiga (2010, p.20) “a formação é uma ação contínua e progressiva”.

A formação e a aquisição de conhecimentos sobre a educação inclusiva são imprescindíveis para fundamentar a prática pedagógica dos professores. A formação continuada possibilita ao professor a atualização e a transformação de sua prática profissional. O acesso ao conhecimento e o exercício da reflexão permitem a ressignificação dos princípios e a possibilidade de mudar os paradigmas já construídos.

É preciso refletir sobre a qualidade da formação e as opções de atualização profissional. A educação para a diversidade pressupõe a preparação do professor e do sistema educacional com a: a valorização profissional do educador, por meio de apoio e estímulo; o aperfeiçoamento das escolas, para a oferta do ensino; o apoio e parceria da Educação especial e a promoção do trabalho em equipe. As práticas educacionais desenvolvidas nesse período e que promovem a inclusão na escola regular dos alunos com deficiência (física, intelectual, visual, auditiva e múltipla), com transtorno global do desenvolvimento e com altas habilidades, revelam a mudança de paradigma incorporada pelas equipes pedagógicas. Essas ações

evidenciam os esforços dos educadores em ensinar a turma toda e representam um conjunto valioso de experiências.

Sabemos que a boa vontade dos professores e sua preparação são condições necessárias, mas não suficientes para garantir uma escola inclusiva. Marchesi (2004) apresenta uma visão semelhante ao comentar que criar escolas inclusivas requer muito mais que boas intenções, declarações e documentos oficiais, requer que a sociedade, escolas e professores tomem consciência das tensões e organizem condições para criação de escolas inclusivas de qualidade. Além disso, para este autor, a preparação do professor também se constitui condição necessária para o processo de inclusão dos alunos com NEE.

“É muito difícil avançar no sentido das escolas inclusivas se os professores em seu conjunto, e não apenas professores especialistas em educação especial, não adquirirem uma competência suficiente para ensinar todos os alunos.” (MARCHESI, 2004, p. 44) Observa-se que entre os professores da educação básica, principalmente nas séries iniciais do ensino fundamental, alguns se encontram em formação, ainda há professores leigos, professores frutos de uma formação “aligeirada e utilitarista” (MICHELS, 2006), professores de outras licenciaturas sem especialização e, somando-se a estes, estão, também, os pedagogos, os formados em outras licenciaturas com especialização, os formados no curso Normal do Ensino Médio e/ou Superior (em serviço). Percebemos que as séries iniciais do ensino fundamental contam com um grupo de professores bastante heterogêneos em suas formações. Além disso, o que ocorre, também em todos os níveis de ensino, é que cada um traz consigo, suas histórias e experiências, ou seja, suas crenças e culturas para sua prática.

Diante das considerações sociais e legais, compreendemos a relevância do aprofundamento sobre as políticas de formação inicial e continuada direcionadas às práticas pedagógicas, e mais especificamente, o ensino e aprendizagem, baseados nos pressupostos da diversidade, encaminhando às reflexões e análises críticas como elementos mutantes no âmbito pessoal e profissional. As Práticas de Ensino e as Políticas de Formação Inicial e Continuada de Professores numa perspectiva inclusiva. A preocupação com a prática do professor de educação inclusiva adota ao longo do tempo dimensões políticas e pedagógicas com respeito à qualidade de sua formação inicial e continuada; à competência profissional; aos saberes, as possibilidades e capacidades de aprendizagem dos alunos. Esses conhecimentos

precisam ser aprendidos pelos professores durante seu processo formativo e na sua ação docente, para que os conteúdos sejam trabalhados numa dimensão epistemológica e transformadora. Em relação à prática dos professores, Therrien (2006, p.4) traz considerações pontuais quando aborda [...] o olhar da epistemologia da prática como princípio de formação dos profissionais de educação abre perspectivas para a reconstrução de novos horizontes de emancipação humana e social.

Portanto, em relação à atuação do professor numa perspectiva inclusiva, percebe-se a urgência de redimensionamentos nos modelos formativos, em relação a mudanças curriculares nos cursos de licenciaturas, que possibilitem o conhecimento de novos saberes e com práticas contextualizadas direcionadas aos alunos que dela tomam parte. Numa sociedade democrática, portanto, fica evidente que o problema das práticas pedagógicas do professor numa perspectiva inclusiva no contexto brasileiro não se refere apenas ao seu perfil, condições de trabalho, habilidades, competências e projetos políticos pedagógicos dos cursos de formação, compreende também outros segmentos e concepções políticas desta sociedade, implicando basicamente na cultura dos sujeitos inseridos na comunidade que respeite o direito social e educacional de todo cidadão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a sociedade atual, sua cultura, a postura do Estado em relação à educação como um todo e em especial as políticas públicas voltadas às pessoas portadoras de necessidades especiais, concluímos que há muito que se avançar em diversos aspectos, é preciso incentivar as pesquisas a fim de criar novos caminhos que possam propiciar o entendimento e a redução da discriminação, do preconceito em detrimento dessas pessoas. Portanto, penso que urge novas iniciativas, principalmente da parte do poder público que efetive a inclusão em todos os sentidos e segmentos, pois, devem-se conceber as diferenças do outro como algo normal uma vez que não somos iguais e, essa compreensão será o início de uma

sociedade avançada na inclusão social ampla. Neste contexto, considera-se de igual relevância, uma efetiva implantação das políticas públicas direcionadas as praticas significativas de ensino; a verdadeira valorização profissional docente, bem como o real significado do processo de aprendizagem para todos os alunos que fazem parte de uma sociedade igualitária, mas ao mesmo tempo injusta em decorrência dos desafios sociais contemporâneos. Na certeza de encontrar novos significados para as práticas pedagógicas dos professores, entende-se que contextualizar os processos históricos como instrumento de validação para uma sociedade democrática implica em diversas discussões, análises e transformações conceituais numa perspectiva sobre a noção filosófica e antropológica de homem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

CASTEL, R. As armadilhas da exclusão. In: CASTEL, R.; WANDERLEY, L. E. W.; BELFIORE-WANDERLEY, M. Desigualdade e questão social. São Paulo: EDUC, 2000. p. 17-50.

COOL, César; MARCHESI, Álvaro; PALÁCIOS, Jésus. Desenvolvimento Psicológico e educação: transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais. Vol. 3. Porto Alegre: Artmed, 2004.

CORREIA, J. R. A construção político-cognitiva da exclusão social no campo educativo. Porto/PT: Universidade do Porto. Mimeo, 2004. 33p.

Experiências pedagógicas do CEJA Antonio Casagrande: Inclusão e Transdisciplinariedade. - Tangará da Serra – MT: Diário da Serra, 2013.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

MICHELS, Maria Helena. Gestão, formação docente e inclusão: eixos da reforma educacional brasileira que atribuem contornos à organização escolar. Revista Brasileira de Educação, set./dez. 2006, v. 11, n. 33.

NÓVOA, A. *Os professores e a sua formação*. Lisboa: Dom Quixote, 1997.

Revistaescola. abril.com. br/inclusão;

SHON, D. A. Formar professores como profissionais reflexivos. In: NÓVOA, A. *Os professores e a sua formação*. Lisboa: Dom Quixote, 1997.

TERRIEN, Jacques. Os saberes da racionalidade pedagógica na sociedade contemporânea. IN: Revista Educativa. V.9, nº1, Goiania, 2006.

VEIGA, I. P. A. Docência como atividade profissional. In: VEIGA, I. P. A.; D'AVILA, C. (Org.). Profissão docente: novos sentidos, novas perspectivas. 2. ed. Campinas: Papyrus, 2010. VILARINHO, L.